

Análise Política

Ano 2, 50ª Edição - Brasília, 22/7/2021



Sistema OCB

somos coop

Reforma ministerial e seus impactos ao cooperativismo

Durante esta semana, uma série de sinalizações do presidente da República, Jair Bolsonaro, têm indicado uma **nova etapa de articulações políticas do governo**, tendo em vista o alcance de um cenário de governabilidade mais favorável. As principais mudanças são a recriação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que até então estava na estrutura de comando do ministro da Economia, Paulo Guedes; e a substituição da ala militar pela política tradicional na Casa Civil. O que estas mudanças indicam para o governo Bolsonaro? Quais os seus impactos práticos para o cooperativismo?



Onyx Lorenzoni deve trocar a Secretaria de Governo, com a recriação do MTE



O senador Ciro Nogueira deve ser indicado como novo ministro na Casa Civil



O General Ramos deve trocar Casa Civil por Secretaria de Governo

Quais devem ser as principais mudanças?



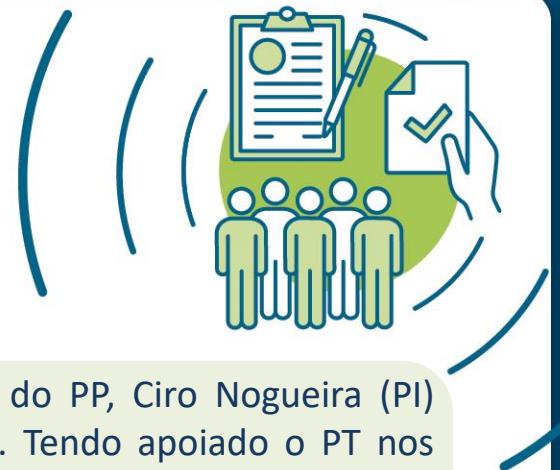
Casa Civil: Senador da República e presidente nacional do PP, Ciro Nogueira (PI) representa o perfil dos políticos dos partidos de Centro. Tendo apoiado o PT nos mandatos de Lula e Dilma, aproximou-se nos últimos anos do governo Bolsonaro, sendo um dos principais nomes de defesa do governo na CPI da Covid-19. Em 2020, seu então chefe de gabinete, Marcelo Lopes da Ponte, foi nomeado presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE).



Secretaria de Governo: O General Luiz Eduardo Ramos já exerceu a Secretaria de Governo entre junho de 2019 e março de 2021, antes de ter assumido a Casa Civil. Durante o seu período à frente das pastas governamentais, além de ter sido responsável pela coordenação de ministérios, indicação de cargos políticos e gestão de políticas públicas, teve papel central na articulação política junto ao Congresso em algumas importantes decisões, como no caso do novo Fundeb.



Ministério do Trabalho e Emprego: Visto como “coringa” do governo Bolsonaro, Onyx Lorenzoni já foi ministro da Casa Civil e da Cidadania, participando ativamente das discussões de programas como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, além de cumprir papel de articulação política junto ao Congresso. Na nova função, terá o desafio de dar continuidade aos programas emergenciais de manutenção do emprego e da renda, bem como a retomada das discussões sobre a Reforma Sindical. Além disso, o ministro possui bom relacionamento institucional com o Sistema OCB, inclusive tendo representado o governo, em 2019, no 14º Congresso Brasileiro do Cooperativismo (14º CBC).



Repercussões práticas das mudanças na Casa Civil



Base de apoio no Congresso: Com a provável indicação do senador Ciro Nogueira (PP/PI) à Casa Civil, o governo busca um melhor diálogo com os parlamentares no Congresso, inclusive no âmbito da CPI da Covid. No Senado, o PP é o 4º partido com maior número de parlamentares, 7 entre os 81 senadores (8,6% das cadeiras). Cenário semelhante é observado na Câmara, onde o partido também se encontra em 4º em número de parlamentares (41 dos 513 deputados ou 7,9% das cadeiras), contando, inclusive, com o presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP/AL);



Coordenação dos Ministérios: A mudança representa também uma mudança no núcleo de comando do governo. Se até então, este papel estava concentrado no núcleo militar, em nomes como o General Braga Netto (ex-ministro da Casa Civil e atual ministro da Defesa) e General Luiz Eduardo Ramos (atual ministro da Casa Civil), agora, cada vez mais, se direciona aos representantes da chamada “política tradicional”. A Casa Civil é responsável pela gestão interministerial, tendo grande influência nas decisões sobre políticas públicas, indicações a cargos políticos e destinação e execução de verbas orçamentárias.

Repercussões práticas da recriação do Ministério do Trabalho



Status na tomada de decisões: Com a recriação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e provável indicação de Onyx Lorenzoni (DEM/RS) ao cargo de ministro, as decisões políticas sobre questões sindicais e trabalhistas tendem a ganhar força, **saltando algumas etapas decisórias**. Atualmente, apesar de grande parte do quadro efetivo da antiga pasta ter permanecido na estrutura governamental, no âmbito do Ministério da Economia, o tema disputa agenda com diversas outras questões e possui mais processos decisórios e burocráticos até chegar ao conhecimento do ministro Paulo Guedes.



Disputa de espaço na agenda econômica: A recriação do MTE também se relaciona com o atual momento da economia do país, que tem no **combate ao desemprego** e na **reorganização do trabalho no pós-pandemia** dois dos seus principais desafios. Neste sentido, a pasta deve ganhar espaço na agenda de decisões, na discussão de políticas públicas, como no caso da MPV 1045/21 (Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda). Alguns fóruns de participação, como o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) e o Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), podem se fortalecer. Por outro lado, o Ministério da Economia perde em estrutura e em atribuições, que o fez ter status, no início do mandato, de “superministério”.

Mudanças no núcleo de decisões governamentais ao longo do mandato



Durante o mandato de Bolsonaro, observamos algumas mudanças estratégicas no núcleo de decisões do governo, efetivadas de acordo com o cenário político e econômico. Na atual conjuntura, os acenos do governo vão ao encontro de um **melhor ambiente de governabilidade** junto ao Congresso Nacional. Apesar de continuarem sendo peças-chave na estrutura do governo, tanto a ala econômica, representada especialmente por Paulo Guedes, como a ala militar, dos generais Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos, tendem a disputar espaço com mais atores no núcleo de decisões governamentais em relação a outros momentos.

Núcleo de decisões ministeriais:



Impactos das mudanças ao cooperativismo

Do ponto de vista político e institucional, o Sistema OCB permanece com um bom **posicionamento estratégico** a partir das mudanças governamentais. Isso se deve ao espaço aberto de interlocução com o atual governo, mas também reflete a continuidade de um bom relacionamento com o poder público ao longo dos anos. Além disso, o setor conta com o importante apoio da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frecoop), que tem tido papel fundamental na interlocução com líderes e demais congressistas. Em relação a oportunidades e desafios em políticas públicas, chamam atenção os seguintes pontos:

Oportunidades:

- Continuidade da revisão de Normas Regulamentadoras (NRs)
- Avanço nos programas emergenciais de manutenção do emprego e da renda
- Avanço na discussão sobre previdência social e segurados especiais associados em cooperativas
- Avanço nas discussões de CNAEs para cooperativas

Pontos de atenção:

- Retomada das discussões sobre a Reforma Sindical
- Novas tentativas de retirada de recursos do Sistema S
- Possível conflito de agendas entre ministérios sobre o eSocial, concentradas no ME
- Necessidade de monitoramento sobre a retomada dos fóruns de participação do Poder Executivo sobre questões trabalhistas

Elaborado por Gerin/OCB, com apoio da Gesind/CNCoop



Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:

